

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
BMG Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da BMG Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMG Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 64.064.496 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, conforme balanço patrimonial nessa data, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 1.018.935.868. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0


Laureano Gomes de Oliveira Souza
Contador CRC 1 MG 110753/O-0

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

| Ativo | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | Passivo e patrimônio líquido negativo | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado |
|---------------------------------|------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--|------------------|------------------------|----------------------|----------------------|
| | | 2023 | 2022 | 2022 | | | 2023 | 2022 | 2022 |
| | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 35.042.492 | 34.308.127 | 36.234.120 | Fornecedores | 15 | 3.229 | 3.985 | 236.962 |
| Aplicação financeira | 5 | - | 35.308.732 | 35.308.732 | Obrigações trabalhistas e sociais | | - | - | 64.265 |
| Contas a receber | 6 | - | - | 2.571.210 | Impostos e contribuições a recolher | 16 | 5.187.951 | 1.877.617 | 1.899.904 |
| Impostos a recuperar | 7 | 37.284.951 | 29.883.975 | 30.443.562 | Dividendos a pagar | 17 | - | 1.124.149 | 1.124.149 |
| Outros créditos | 8 | 48.508.572 | 16.490.940 | 16.514.316 | Outros passivos circulantes | 18 | - | - | 6.551.187 |
| | | <u>120.836.015</u> | <u>115.991.774</u> | <u>121.071.940</u> | | | <u>5.191.180</u> | <u>3.005.751</u> | <u>9.876.467</u> |
| Não circulante | | | | | Não circulante | | | | |
| Aplicação financeira | 5 | 35.150.556 | - | - | Empréstimos e financiamentos | 19 | 2.558.947.257 | 2.382.387.632 | 2.382.387.632 |
| Contas a receber | 6 | - | - | 7.322.477 | Partes relacionadas | 9 | - | - | 5.241.069 |
| Partes relacionadas | 9 | 232.075.400 | 213.198.021 | 213.143.551 | | | <u>2.558.947.257</u> | <u>2.382.387.632</u> | <u>2.387.628.701</u> |
| | | <u>267.225.956</u> | <u>213.198.021</u> | <u>220.466.028</u> | Patrimônio líquido negativo | | | | |
| Propriedades para investimentos | 10 | 15.760.000 | 15.760.000 | 15.760.000 | Capital social | 20 | 142.360 | 142.360 | 142.360 |
| Fundo de investimentos | 11 | 101.955.686 | 76.337.765 | 76.337.765 | Prejuízos acumulados | | (550.039.677) | (485.975.181) | (485.975.181) |
| Investimentos | 12 | 1.039.424.759 | 1.067.063.294 | 1.055.203.412 | Ajuste variação PL | | (469.038.551) | (411.207.555) | (411.207.555) |
| Imobilizado | | 153 | 2.153 | 7.377.376 | Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | | <u>(1.018.935.868)</u> | <u>(897.040.376)</u> | <u>(897.040.376)</u> |
| Intangível | | - | - | 4.250.675 | Participação dos não controladores | | - | - | 2.404 |
| | | <u>1.157.140.598</u> | <u>1.159.163.212</u> | <u>1.158.929.228</u> | | | <u>(1.018.935.868)</u> | <u>(897.040.376)</u> | <u>(897.037.972)</u> |
| Total do ativo | | <u>1.545.202.569</u> | <u>1.488.353.007</u> | <u>1.500.467.196</u> | Total do passivo e do patrimônio líquido negativo | | <u>1.545.202.569</u> | <u>1.488.353.007</u> | <u>1.500.467.196</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado individual e consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado |
|--|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | 2023 | 2022 | 2022 |
| Receita líquida | 21 | - | - | 6.158.974 |
| Custos com atividades esportivas, sociais e patrimoniais | 22 | - | - | (5.169.724) |
| Lucro bruto | | - | - | 989.250 |
| Receitas/(despesas) operacionais | | | | |
| Despesas administrativas e gerais | 23 | (16.170.780) | (14.939.005) | (23.950.059) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12 | 111.412.165 | 41.760.827 | 59.844.921 |
| Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas | 24 | (65.536.191) | 5.768.507 | 7.329.507 |
| | | <u>29.705.194</u> | <u>32.590.329</u> | <u>43.224.369</u> |
| Prejuízo operacional antes das receitas financeiras, líquidas | | 29.705.194 | 32.590.329 | 44.213.619 |
| Receitas/(despesas) financeiras, líquidas | | | | |
| Receitas financeiras | 25 | 82.954.367 | 75.996.911 | 77.051.798 |
| Despesas financeiras | 25 | (176.724.057) | (174.687.201) | (174.960.765) |
| | | <u>(93.769.690)</u> | <u>(98.690.290)</u> | <u>(97.908.967)</u> |
| Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido | | <u>(64.064.496)</u> | <u>(66.099.961)</u> | <u>(53.695.348)</u> |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido | 26 | - | - | (12.406.422) |
| | | - | - | <u>(12.406.422)</u> |
| Prejuízo do exercício | | <u>(64.064.496)</u> | <u>(66.099.961)</u> | <u>(66.101.770)</u> |
| Atribuído aos: | | | | |
| Acionistas controladores | | (64.064.496) | (66.099.961) | (66.099.961) |
| Acionistas não controladores | | - | - | (1.809) |
| Prejuízo do exercício | | <u>(64.064.496)</u> | <u>(66.099.961)</u> | <u>(66.101.770)</u> |
| Prejuízo por ação - R\$ | | <u>(4,50)</u> | <u>(4,64)</u> | <u>(4,64)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Prejuízo do exercício | (64.064.496) | (66.099.961) | (66.101.770) |
| Resultados abrangentes | (57.830.996) | (39.722.741) | (39.722.741) |
| Resultado líquido do exercício com efeito dos resultados abrangentes e antes da participação de não controladores | <u>(121.895.492)</u> | <u>(105.822.702)</u> | <u>(105.824.511)</u> |
| Atribuído aos: | | | |
| Acionistas controladores | (121.895.492) | (105.822.702) | (105.822.702) |
| Participação dos não controladores | - | - | (1.809) |
| | <u>(121.895.492)</u> | <u>(105.822.702)</u> | <u>(105.824.511)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

(Valores expressos em Reais)

| | Capital Social | Varição do ajuste a valor de mercado - Reflexo | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | Participação dos não controladores | Total |
|--|----------------|--|----------------------|--|---------------------------------------|-----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado | 142.360 | (371.484.814) | (419.875.220) | (791.217.674) | 3.893 | (791.213.781) |
| Participação de não controladores | - | - | - | - | 320 | 320 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (66.099.961) | (66.099.961) | 1.809 | (66.101.770) |
| Ajuste a valor de mercado - Reflexo | - | (39.722.741) | - | (39.722.741) | - | (39.722.741) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 142.360 | (411.207.555) | (485.975.181) | (897.040.376) | 2.404 | (897.037.972) |
| Prejuízo do exercício | - | - | (64.064.496) | (64.064.496) | - | (64.064.496) |
| Participação de não controladores | - | - | - | - | (2.404) | (2.404) |
| Ajuste a valor de mercado - Reflexo | - | (57.830.996) | - | (57.830.996) | - | (57.830.996) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 142.360 | (469.038.551) | (550.039.677) | (1.018.935.868) | - | (1.018.935.868) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo do exercício | (64.064.496) | (66.099.961) | (66.101.770) |
| Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais | | | |
| Depreciações e amortizações | 2.000 | 2.000 | 592.775 |
| Valor residual do ativo imobilizado baixado | - | - | (787) |
| Participação de não controladores | - | - | 1.809 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (111.412.165) | (41.760.827) | (59.844.921) |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 176.559.625 | 174.655.839 | 174.655.839 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos | - | - | 12.406.422 |
| | <u>1.084.964</u> | <u>66.797.051</u> | <u>61.709.367</u> |
| (Aumento)/redução nos ativos | | | |
| Aplicação financeira | 158.176 | (547.013) | (547.013) |
| Constas a receber | - | - | 4.282.973 |
| Impostos e contribuições a recuperar | (7.400.976) | (2.838.305) | (2.396.759) |
| Imposto de renda e Contribuição social diferidos | - | - | 1.242 |
| Outros créditos | (32.017.632) | 24.987.283 | 24.982.814 |
| | <u>(39.260.432)</u> | <u>21.601.965</u> | <u>26.323.257</u> |
| Aumento/(redução) nos passivos | | | |
| Fornecedores | (756) | (2.017) | (100.264) |
| Obrigações trabalhistas e sociais | - | - | (3.535) |
| Impostos e contribuições a recolher | 3.310.334 | (2.667.717) | (2.909.639) |
| Outros passivos circulantes | (1.124.149) | - | (22.224.680) |
| | <u>2.185.429</u> | <u>(2.669.734)</u> | <u>(25.238.118)</u> |
| Caixa líquido das atividades operacionais | <u>(35.990.039)</u> | <u>85.729.282</u> | <u>62.794.506</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Imobilizado | - | - | (2.788.281) |
| Intangível | - | - | (2.705.799) |
| Investimentos | 81.219.704 | (3.174.342) | 25.405.050 |
| Fundo de investimentos | (25.617.921) | (76.337.765) | (76.337.765) |
| Caixa líquido das atividades de investimentos | <u>55.601.783</u> | <u>(79.512.107)</u> | <u>(56.426.795)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Participação de não controladores | - | - | (1.489) |
| Partes relacionadas, líquidas | (18.877.379) | (6.953.027) | (5.355.556) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | <u>(18.877.379)</u> | <u>(6.953.027)</u> | <u>(5.357.045)</u> |
| Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | <u>734.365</u> | <u>(735.852)</u> | <u>1.010.666</u> |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 34.308.127 | 35.043.979 | 35.223.454 |
| Caixa e equivalentes no final do exercício | 35.042.492 | 34.308.127 | 36.234.120 |
| Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | <u>734.365</u> | <u>(735.852)</u> | <u>1.010.666</u> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A BMG Participações S.A., constituída na forma de sociedade anônima, estando sediada no município de Belo Horizonte/MG. A Companhia tem por objeto social a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e a participação societária no capital social de outras sociedades como acionista ou quotista.

A BMG Participações S.A. vem apresentando sucessivos e relevantes prejuízos nos últimos anos, tendo apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 prejuízo de R\$ 64.064.496, aumentando o grau de endividamento, e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.018.935.868. Adicionalmente, quando a Companhia apresenta resultados positivos, estes são utilizadas para absorver os prejuízos acumulados. Os acionistas garantem recursos necessários à manutenção das operações e a intenção da continuidade da Companhia.

A BMG Participações S.A. era detentora de 99,99% do capital da controlada direta "Vevent Empreendimentos e Participações S.A.", que por sua vez, detêm 99,99% do capital social do "Coimbra Esporte Clube Ltda.". A companhia foi vendida para a D&F Participações Desportivas Ltda em outubro 2023. Portanto apresentamos somente o saldo consolidado do exercício de 2022.

1.1. Contexto operacional controladas diretas e indiretas

- Vevent Empreendimentos e Participações S.A. (Controlada direta): tem como objeto social (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, direta e/ou indiretamente; (ii) a atividade de intermediação de contratações de jogadores de futebol, e compra e venda de direitos econômicos e/ou federativos de jogadores de futebol, e (iii) quaisquer outras atividades relacionadas ao marketing futebolístico;
- Coimbra Esporte Clube Ltda. (Controlada indireta): A entidade tem por objeto social (i) participação em eventos esportivos relacionados com o futebol, (ii) a atividade de intermediação de contratações de jogadores de futebol, e compra e venda de direitos econômicos e/ou federativos de jogadores de futebol, (iii) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, direta e/ou indiretamente, e (iv) quaisquer outras atividades relacionadas ao marketing futebolístico.

Embora tenha sido constituída sob a forma de sociedade limitada, a empresa iniciou estudos sobre a recém promulgada Sociedade Anônima de Futebol (SAF). No momento não há definição sobre a mudança de status societário.

2. Bases de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovam os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 01 de julho de 2024.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em Reais, exceto se indicado de outra forma.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as normas exigidas pelo CPC, no que tange que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas:

| Razão social das sociedades (Controladas diretas e indiretas) | Sede | % de participação | |
|---|--------|-------------------|--------|
| | | 2023 | 2022 |
| Vevent Empreendimentos e Participações S.A. (Controlada direta) | Brasil | - | 99,99% |
| Coimbra Esporte Clube Ltda. (Controlada Indireta) | Brasil | - | 99,99% |

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na empresa consolidada e são condizentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos entre a Controladora e a controlada, tais como receitas, despesas, ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere o direito ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalente de caixa, títulos de renda variável, partes relacionadas e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Os riscos envolvendo essas transações estão apresentados na Nota Explicativa nº 27.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes, no ativo circulante e não circulante consolidado, referem-se a cessão/ venda de direitos econômicos e/ou federativos sobre atletas e incluem, quando aplicável, encargos financeiros pactuados em instrumentos contratuais ou de confissão de dívidas.

3.4. Investimentos

Representados por participações em empresas controladas e coligadas, sendo avaliadas pela equivalência patrimonial nos balanços encerrados, com base nos percentuais de participação da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da investidora, a Administração determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos existentes. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado da investidora.

Consolidado

- Os investimentos em direitos federativos e econômicos sobre atletas de futebol, são contabilizados pelos valores aplicados, e submetidos a comparação com as avaliações a valor de mercado por especialista; quando aplicável é contabilizada provisão para possível perda;
- Os 'Outros investimentos' estão igualmente representados pelos valores investidos em 'cestas de atletas', mediante instrumentos contratuais firmados com outras entidades desportivas nacionais, também inscritas na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e submetidos a comparação com as avaliações a valor de mercado por especialista;
- Os investimentos nos 'atletas federados', com os quais a sociedade mantém contrato individual de trabalho, estão classificados no ativo Intangível e amortizados em função de prazos variáveis dos respectivos

contratos. Também são submetidos a avaliações a valor de mercado; e quando aplicável é contabilizada provisão para perda.

3.5. Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a aquisição da propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída internamente inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

3.6. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

As taxas de depreciação são as usuais em função do tempo estimado de vida útil; a amortização das benfeitorias no prazo de arrendamento do imóvel.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.7. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham

ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferido ativo, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Sujeito ao limite do segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de tal forma que o nível no qual o teste de redução ao valor recuperável é realizado reflita o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.10. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e contraprestações contingentes e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

3.11. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência dos exercícios e considera:

- (i) As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas de acordo com as normas do Regulamento do Imposto de Renda;
- (ii) As receitas e despesas são apropriados de acordo com o regime de competência dos exercícios. Considera ainda nos reconhecimentos de receitas a extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade, quando possa ser mensurada de forma confiável, sendo creditada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.12. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração.

Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Empresa. A Empresa efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Empresa, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Empresa.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Empresa não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Empresa.

3.14. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por moeda local, saldos mantidos em contas bancárias para livre movimentação e investimentos temporários em aplicações financeiras de imediata liquidez:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Bancos - conta corrente | 72.255 | 34.992 | 263.238 |
| Certificados de depósitos bancários - CDB | 34.970.237 | 34.273.135 | 35.970.882 |
| Total | <u>35.042.492</u> | <u>34.308.127</u> | <u>36.234.120</u> |

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

5. Aplicações financeiras de Longo Prazo

| | Controladora | | Consolidado |
|-------------------------------|--------------|------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Letras financeiras do tesouro | 35.150.556 | 35.308.732 | 35.308.732 |
| Total | 35.150.556 | 35.308.732 | 35.308.732 |
| Curto Prazo | - | 35.308.732 | 35.308.732 |
| Longo Prazo | 35.150.556 | - | - |

Aplicações Financeiras realizadas junto ao Banco BMG, letra perpetua remuneração 130% da Selic, CDB remuneração 106% do CDI.

6. Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado |
|----------------------------------|--------------|------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Clube Atlético Mineiro | - | - | 5.356.687 |
| Sociedade Esportiva do Palmeiras | - | - | 4.537.000 |
| | - | - | 9.893.687 |
| Ativo circulante | - | - | 2.571.210 |
| Ativo não circulante | - | - | 7.322.477 |

7. Impostos a recuperar

Saldos registrados referem-se a impostos a recuperar do ano corrente e de exercícios passados, atualizados pela Selic na data de encerramento do exercício:

| | Controladora | | Consolidado |
|-----------------------------|--------------|------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| IRPJ a recuperar | 37.284.951 | 29.883.975 | 29.941.840 |
| CSLL a recuperar | - | - | 167.752 |
| Outros impostos a recuperar | - | - | 333.970 |
| Total | 37.284.951 | 29.883.975 | 30.443.562 |

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

8. Outros créditos

| | Controladora | | Consolidado |
|--|--------------|------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Juros sobre capital próprio a receber a) | 44.055.065 | 16.490.940 | 16.490.940 |
| Valores a receber (b) | 4.453.507 | - | 23.376 |
| Total | 48.508.572 | 16.490.940 | 16.514.316 |

a) Juros sobre o capital próprio a receber do Banco BMG, provisionados em 2023, com previsão de recebimento até fevereiro de 2024.

b) Valor a receber referente a participação societária na empresa Vevent Empreendimentos e Participações S.A realizada em 2023.

9. Partes relacionadas

Corresponde à saldos realizados de mútuos celebrados junto a empresas e pessoas ligada.

Os saldos de transações com partes relacionadas em 31 de dezembro, estão assim representados:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|--------------|-------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Ativo | | | |
| EGL Empreendimentos Gerais Ltda. | 16.181.316 | 16.181.316 | 16.181.316 |
| Comercial Mineira S.A. | 14.113.007 | 9.478.557 | 9.478.557 |
| Coimbra Esporte Clube Ltda. | 212.500 | 54.470 | - |
| CSMG - Corretora de Seguros Ltda. | - | 1.800.000 | 1.800.000 |
| RAJ Participações S.A | 169.805.766 | 168.005.766 | 168.005.766 |
| Vevent Empreendimentos e Participações S.A. | 80.005 | - | - |
| Pessoas ligadas | 31.682.806 | 17.677.912 | 17.677.912 |
| Total | 232.075.400 | 213.198.021 | 213.143.551 |
| Passivo | | | |
| EGL Empreendimentos Gerais Ltda. | - | - | - |
| Pessoas ligadas | - | - | 5.241.069 |
| Total | - | - | 5.241.069 |

10. Propriedades para investimentos

| | Controladora | | Consolidado |
|----------------|--------------|------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Fazenda Biboca | 15.760.000 | 15.760.000 | 15.760.000 |
| Total | 15.760.000 | 15.760.000 | 15.760.000 |

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

11. Fundos de investimentos

| | Controladora | | Consolidado |
|-----------------------------------|--------------|------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| JERA 2026 - Fundo de Investimento | 106.409.157 | 76.337.765 | 76.337.765 |
| Total | 106.409.157 | 76.337.765 | 76.337.765 |

Fundo de investimento Multimercado com gestão da AF Invest Administração de Recursos Ltda., administração da XP Investimentos e custódia do Santander.

12. Investimentos

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Banco BMG S.A. | 1.039.412.555 | 1.043.047.200 | 1.043.047.200 |
| Vevent Empreendimentos e Participações S.A. | - | 24.003.890 | - |
| BMG Soluções Eletrônicas S.A. | 12.196 | 12.196 | 12.196 |
| Direitos econômicos sobre atletas a) | - | - | 12.086.753 |
| CBFACIL Corretora de Seguros | 8 | 8 | 8 |
| Outros investimentos | - | - | 57.255 |
| Total | 1.039.424.759 | 1.067.063.294 | 1.055.203.412 |

a) Participação vendida para D&F Participações Desportivas Ltda em outubro de 2023.

Apresentamos a seguir as principais informações relacionadas aos investimentos da Companhia:

| Participação | Saldo em 31/12/2022 | Controladora | | | Saldo em 31/12/2023 |
|---|---------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------|---------------------|
| | | Equivalência patrimonial | Movimentação PL investida | Venda Participação | |
| Banco BMG S.A. | 26,48% | 1.043.047.200 | 54.196.351 | (57.830.996) | 1.039.412.555 |
| Vevent Empreendimentos e Participações S.A. | 99,99% | 24.003.890 | 57.215.814 | - | - |
| BMG Soluções Eletrônicas S.A. | 0,62% | 12.196 | - | (81.219.704) | 12.196 |
| CBFACIL Corretora de Seguros | - | 8 | - | - | 8 |
| | | 1.067.063.294 | 111.412.165 | (57.830.996) | 1.039.424.759 |

| Participação | Saldo em 31/12/2021 | Consolidado | | | Saldo em 31/12/2022 |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------|
| | | Adição/(Baixa) de investimentos | Movimentação PL investida | Equivalência patrimonial | |
| Banco BMG S.A. | 26,48% | 1.022.883.568 | (39.722.741) | 59.886.373 | 1.043.047.200 |
| BMG Soluções Eletrônicas S.A. | 0,62% | 12.196 | - | - | 12.196 |
| CBFACIL Corretora de Seguros | - | 8 | - | - | 8 |
| Direitos econômicos sobre atletas | - | 35.503.269 | (23.416.516) | - | 12.086.753 |
| Investimento financeiro | - | 1.930.800 | (1.930.800) | - | - |
| Outros investimentos | - | 156.441 | (99.186) | - | 57.255 |
| | | 1.060.486.282 | (25.446.502) | 59.886.373 | 1.055.203.412 |

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

13. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado |
|------------------------|--------------|--------------|----------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Fornecedores nacionais | 3.229 | 3.985 | 236.962 |
| | <u>3.229</u> | <u>3.985</u> | <u>236.962</u> |

14. Impostos e contribuições a recolher

| | Controladora | | Consolidado |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| IRRF a recolher | 54 | 66 | 4.408 |
| PIS/COFINS/CSLL a recolher | 169 | 206 | 8.536 |
| PIS a recolher | 921.193 | 331.431 | 332.006 |
| COFINS a recolher | 4.266.353 | 1.545.740 | 1.548.778 |
| ISSQN retenção a recolher | 182 | 174 | 6.176 |
| Total | <u>5.187.951</u> | <u>1.877.617</u> | <u>1.899.904</u> |

15. Dividendos a pagar

| | Controladora | | Consolidado |
|-----------------------------------|--------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Dividendos e bonificações a pagar | - | 1.124.149 | 1.124.149 |
| Total | <u>-</u> | <u>1.124.149</u> | <u>1.124.149</u> |

16. Outros passivos circulantes

| | Controladora | | Consolidado |
|------------------------------|--------------|----------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Convênio com AAFB | - | - | 755.786 |
| Valores a pagar para atletas | - | - | 5.795.401 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>6.551.187</u> |

17. Empréstimos e financiamentos

Valores contratados junto ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Os saldos estão assim representados:

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Fundo Garantidor de Créditos - FGC | 2.558.947.257 | 2.382.387.632 | 2.382.387.632 |
| Total | 2.558.947.257 | 2.382.387.632 | 2.382.387.632 |

O empréstimo, com parcela única, vence em 2026, com juros prefixados conforme o contato firmado junto à instituição.

| Referência | Tipo Correção |
|-----------------|---------------|
| Capital de giro | SELIC, IPCA |

Os empréstimos bancários são garantidos por alienação fiduciária de valores mobiliários (ações), imóveis e aval dos sócios. Não há covenants.

18. Patrimônio líquido negativo

Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 142.360 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta reais) dividido em 14.236.000 (quatorze milhões, duzentas e trinta e seis mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

19. Receita líquida

| | Controladora | | Consolidado |
|--|--------------|------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Receitas operacionais | | | |
| Patrocínio e publicidade | - | - | 419.482 |
| Outras receitas da atividade esportiva | - | - | 5.739.492 |
| | - | - | 6.158.974 |
| Impostos e deduções da receita | | | |
| COFINS | - | - | - |
| PIS | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | 6.158.974 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

20. Custos com atividades esportivas, sociais e patrimoniais

| | Controladora | | Consolidado |
|-----------------------------------|--------------|------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Baixa de atletas federados | - | - | (499.950) |
| Intermediação de negócios | - | - | (149.305) |
| Amortização e depreciação | - | - | - |
| Gasto com o pessoal | - | - | (2.370.325) |
| Serviços médicos | - | - | (723.660) |
| Despesas com transporte e viagens | - | - | (112.669) |
| Custos com transporte e viagens | - | - | (33.595) |
| Agenciamento esportivo | - | - | (390.132) |
| Direito de imagem | - | - | (89.191) |
| Custos diversos | - | - | (800.897) |
| | - | - | (5.169.724) |

21. Despesas administrativas e gerais

| | Controladora | | Consolidado |
|---|--------------|--------------|--------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Depreciação | (2.000) | (2.000) | (591.322) |
| Despesas com água, luz, telefone e energia | - | - | (126.432) |
| Despesas com lanches e refeições | - | - | (964.852) |
| Despesas com viagens e refeições | - | - | (381.549) |
| Despesas processuais | (2.393) | - | (2.788.212) |
| Consultoria e assessoria | (4.000) | - | (2.298.769) |
| Serviços de terceiros | - | - | (852.119) |
| Honorários advocatícios | (277.702) | (1.105.327) | (1.217.564) |
| Impostos, taxas e contribuições | (6.550.284) | (6.129.240) | (7.203.574) |
| Conservação e limpeza | - | - | (285.903) |
| Indenizações a terceiros | (9.118.112) | (7.555.472) | (7.555.472) |
| Capitalização de Despesas atletas em formação | - | - | 3.678.543 |
| Despesas gerais e administrativas diversas | (216.289) | (146.966) | (3.362.834) |
| | (16.170.780) | (14.939.005) | (23.950.059) |

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

22. Outras receitas/(despesas) operacionais

| | Controladora | | Consolidado |
|--|---------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Recuperação de despesas | 101.000 | - | 1.637.336 |
| Ganho/Perda na alienação de ativo permanente | (66.309.126) | 5.768.507 | 5.768.507 |
| Outras despesas | 671.935 | - | (76.336) |
| Total | <u>(65.536.191)</u> | <u>5.768.507</u> | <u>7.329.507</u> |

23. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

O resultado financeiro líquido está assim representado:

| | Controladora | | Consolidado |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 2023 | 2022 | 2022 |
| Receitas financeiras | | | |
| Rendimentos de aplicação financeira | 21.409.577 | 15.314.816 | 15.411.416 |
| Juros sobre o capital próprio | 58.007.019 | 56.421.387 | 56.421.387 |
| Juros ativos | 3.537.771 | 396.280 | 489.520 |
| Descontos obtidos | - | - | 11.403 |
| Variação monetária | - | 3.864.428 | 4.718.072 |
| | <u>82.954.367</u> | <u>75.996.911</u> | <u>77.051.798</u> |
| Despesas financeiras | | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (176.559.625) | (174.685.768) | (174.695.836) |
| Resultado com títulos de renda variável | (117.961) | - | - |
| Descontos concedidos | - | - | (164.134) |
| Outras despesas financeiras | (46.471) | (1.433) | (100.795) |
| | <u>(176.724.057)</u> | <u>(174.687.201)</u> | <u>(174.960.765)</u> |
| Total | <u>(93.769.690)</u> | <u>(98.690.290)</u> | <u>(97.908.967)</u> |

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

A companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício.

Em virtude de incertezas quanto ao prazo de recuperação dos referidos créditos e à falta de histórico de lucratividade, a Companhia optou por cessar o registro do imposto de renda diferido conforme CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação e prazos de prescrição aplicáveis.

25. Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria tem a responsabilidade para o estabelecimento da supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Estrutura de gerenciamento de risco e definição das estratégias é sempre definida em conjunto com o Controlador da Companhia. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

b) Risco de crédito

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito a seguir.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, tem nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

d) Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

e) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente atreladas às variações do CDI, SELIC e IPCA, nas aplicações financeiras em reais citada na nota explicativa nº 5, empréstimos e financiamentos na Nota Explicativa nº 19.

26. Cobertura de seguros

A Companhia avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Eventos subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 1º de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

A Empresa ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Ricardo Annes Guimarães
Diretor

Vanilce dos Santos Oliveira
Contador CRC MG 091646/0-0